

## As migrações nas relações entre Cuba e EUA até a metade do século XX

LEONARDO DA ROCHA BOTEGA\*

O presente artigo tem como objetivo fazer uma análise do fenômeno das migrações entre Cuba e Estados Unidos até a metade do século XX. Aqui se pretende problematizar a tese difundida principalmente pela extrema-direita cubano-americana de que, antes de 1959, Cuba nunca foi um país de emigração. Procura-se a partir de uma análise preliminar das relações entre Cuba e Estados Unidos anteriores a Revolução de 1959, bem como, a situação da ilha caribenha nos períodos anteriores a este fato, demonstrar a falácia que corresponde esta tese.

As migrações têm sido um dos fatores de maior atrito nas relações entre estes dois países, sobretudo, a partir da Revolução Cubana de 1959 e a adoção do socialismo na ilha caribenha. Esse fato representou uma ruptura nos laços de dependência que Cuba mantinha com os EUA ao longo da primeira metade do século XX, e fez com que a emigração de cubanos tivesse uma grande dimensão nas disputas políticas, sendo inclusive uma das estratégias utilizadas pelo governo norte-americano para a desestabilização do governo cubano.

Esta desestabilização se faz a partir de um duplo processo. De um lado, o caráter diferencial adquirido na recepção dos cubanos emigrados pós-Revolução de 1959, com a chamada Lei de Ajuste Cubano de 1966, segundo o qual todo cubano que ingressou nos EUA a partir de 1959 e que esteja no país durante um ano pode ser “ajustado”

como estrangeiro admitido legalmente para residir permanentemente, medida também aplicada a sua esposa e filho. Em outras palavras, significa admitir que todo cubano que ingressar em território norte-americano, independente das razões para isto, será considerado exilado político. Por outro lado, a desestabilização também se faz a partir do discurso, sobretudo, da extrema-direita cubano-americana de que anteriormente a Revolução de 1959, Cuba nunca foi um país de emigração.

As migrações entre Cuba e Estados Unidos começam a ganhar corpo durante o processo de Independência das Treze Colônias Inglesas em 1776, quando a Espanha enviou tropas formadas por *criollos* cubanos para combater ao lado das tropas de independência norte-americanas (GUEVARA, 1996: 180).

Durante o século XIX as relações entre a ilha caribenha e os EUA eram tão profundas que em 1850 no Estado de Louisiana iniciaram-se os primeiros movimentos militares no sentido da independência de Cuba. Estes movimentos foram duramente reprimidos pela Espanha e com o fracasso da tentativa de independência partiu-se para a estratégia de transformar a ilha em mais um Estado da união norte-americana, o que representaria um fortalecimento no regime escravista dos Estados do Sul (GUEVARA, 1996: 180). Esta estratégia também foi fracassada,

porém, será nos EUA que se formaram inúmeros clubes revolucionários, formados por cubanos emigrados, que entre 1868 e 1898 se dedicavam a coletar fundos, remédios, alimentos e armas para a preparação de expedições de luta pela causa revolucionária cubana.

Aqui chama atenção o fato de que desde a metade do século XIX já há um contingente significativo que imigrantes cubanos que, devido à proximidade geográfica, a possibilidade de ganhar um determinado e mais seguro emprego, a perspectiva de um possível desenvolvimento pessoal no campo cultural ou profissional e um possível refúgio para continuar a luta revolucionária, vão fundar colônias nos EUA, majoritariamente ao sul na Flórida, mas também em Cayo Hueso, Tampa, Jacksonville, New Orleans, New York e em menor escala na Filadélfia. Assim, em 1890 viviam nos Estados Unidos mais de 15 mil cubanos entre emigrados permanentes e temporários (RODRIGUEZ, 2003: 1).

Estas e outras características levam o historiador Louis Pérez Jr. a constatar que *“no habia en América Latina otra nación con la que los Estados Unidos se hubieran involucrado tan estrecha y tempranamente, ni con la que percibieran más directamente relacionadas sus necesidades comerciales y estratégicas”* (PÉREZ JR., 1996: 5). Isto se demonstrou de forma mais objetiva com a intervenção das tropas norte-americanas em 1898 no sentido de garantir a independência da ilha em relação à Espanha e, assim, evitando que a ex-colônia caísse na esfera de dominação inglesa como acontecera com outras nações do continente. Os EUA somente deixaram Cuba quando em 1901 foi aprovada a Emenda Platt, segundo o qual, Cuba

aceitaria a sua tutela econômica e militar, bem como, “o direito norte-americano de instalar bases militares e portos na Ilha, além de outras concessões territoriais e privilégios econômicos” (SADER, 2001: 18). Além, disso os EUA poderiam intervir e ocupar Cuba quando quisessem, o que feria profundamente a soberania política da nação recém independente.

A interferência norte-americana em Cuba irá inverter significativamente o fluxo migratório, conforme Pérez Jr. (1996: 6):

Después de la guerra de independencia de 1898, la emigración se invirtió: miles de norteamericanos llegaron a Cuba, una nueva generación de autoproclamados pioneros que volvió a representar conscientemente el drama de la conquista de la selva, solo que desta vez en el trópico. Llegaron a Cuba desgarradas por la guerra como aventureros y jugadores, como especuladores y corredores de bienes raíces, pero sobre todo como pequeños propietarios y colonos, atraídos a Cuba por la promesa de tierras e medios de subsistencia. Invadieron la isla buscando tratos ventajosos y tierras baratas, y en el proceso desplazaron a los cubanos, reclamando la posesión de vastas extensiones del territorio nacional.

Esta inversão faz com que Cuba até o início da década de 1930 fosse considerada um país de imigrantes, principalmente como grande centro de turismo para os norte-americanos. Este fenômeno irá se aprofundar a partir da adoção da Lei Seca nos EUA, quando as bebidas alcoólicas, o jogo, a prostituição, as drogas, ou seja, o que era proibido no vizinho do norte tornou-se um grande atrativo na ilha. Isto fez com que o número de turistas norte-americanos em Cuba, que na década de

1910 era estimado em 200 mil, aumentasse para 500 mil na década de 1920 (PÉREZ, 2001: 84). Por sua vez, o número de cubanos residentes nos EUA era apontado no censo de 1920 em 15 mil, o mesmo número estimado em 1890. Já em 1940 o número era de 18 mil, o que demonstra que entre 1920 e 1940 não há um grande fluxo de emigração cubana para os EUA (RODRIGUEZ, 2004: 2).

No início da década de 1940 a emigração cubana começa novamente a despontar. Em 1940, não era muito grande o número de emigrados cubanos em relação a 1920. Porém, senso de 1950 já se demonstra um crescimento de 78% em relação à década anterior, chegando ao número 32 mil cubanos residentes nos EUA. Entre 1946 e 1950, emigraram para os EUA 10.807 cubanos, 132% a mais do que entre 1941 e 1945, e entre 1951 e 1955 foram 22.759 cubanos que ingressaram no território norte-americano, o que representa um aumento de 110% em relação a 1946-1950 (PÉREZ, 2001: 84).

Para Miriam Rodriguez (2004: 2), a situação política, a crise econômica, a situação social, as famílias cubanas assentadas em territórios norte-americanos que arrastavam seus parentes garantindo a eles apoio e sustento para a busca de emprego, foram os grandes responsáveis por este aumento do fluxo de emigrantes. Porém, um outro fator relevante é o de que, durante as décadas 1930 e 1950, há uma forte repressão política em Cuba o que levou muitos cubanos, sobretudo, jovens a buscarem refúgio nos EUA. Este fenômeno faz com que se repitam situações parecidas as do século XIX com a formação de células revolucionárias em apoio à luta contra a ditadura de Fulgêncio Batista. A partir

de 1955, estes movimentos revolucionários são vistos em New York, Miami, Tampa e Cayo Hueso.

Esta situação irá se aprofundar a partir de 1956. Conforme Pérez, “la crise se profundiza con el tiempo, y ya a partir de 1956, unida a um recrudescimiento en la represión, se encuentra em pleno apogeo. En solo três anos -1956, 1957 y 1958 – entran a los Estados Unidos, como inmigrantes, 40.267 cubanos” (PÉREZ, 2001: 84). É importante também levar em conta o grande número de cubanos que neste período solicitavam vistos de não imigrantes e partiam para os EUA e por lá permaneciam mais tempo do que lhes era autorizado para depois incorporarem-se a luta revolucionária que se travava nas montanhas de Cuba a partir de fins de 1956. Em 1958, viajaram aos Estados Unidos 72 mil cubanos com vistos de não imigrante (RODRIGUEZ, 2004: 2).

Isto demonstra que as emigrações de Cuba para os EUA foram uma constante a partir de fins do século XIX. O que nos leva a discordar da idéia de que antes da Revolução de 1959, Cuba nunca foi um país de emigração. Não é isto que os dados e as análises feitas por historiadores e sociólogos, sobretudo, cubanos têm apontado. Para eles, antes mesmo da Revolução, já há uma tendência de emigração bastante forte e constante em Cuba, tendência esta que terá um crescente nas duas décadas que precedem à queda da Ditadura de Fulgêncio Batista. Porém, como os emigrados cubanos até 1958 têm as mesmas restrições que possuem os dos demais países, esta tendência era contida.<sup>1</sup> Após a Revolução e principalmente com a declaração do caráter socialista desta, a recepção dos cubanos emigrados ganhará um diferencial. Com a Lei de Ajuste

Cubano de 1966 todo cubano que ingressou nos EUA a partir de 1959 e que esteja no país durante um ano pode ser “ajustado” como exilado político, admitido legalmente para residir permanentemente, medida também aplicada a sua esposa e filho. Este privilégio do imigrante cubano, independentemente de ser um imigrante legal ou ilegal, em relação aos imigrantes oriundos de outros países para os EUA, demonstra que a política norte-americana em relação ao emigrado de Cuba possui na verdade um caráter de fortalecimento do discurso da extrema-direita cubana, bem como, uma tentativa de desestabilização do governo de Fidel Castro mediante uma verdadeira lei de incentivo a emigração.

Como podemos ver os dados referentes ao fluxo de migrações entre Cuba e Estados Unidos a partir do final do século XIX, apontam para o fato de que tanto a emigração de cubanos como a emigração de norte-americanos foram muito forte na primeira metade do século XX, tendo momentos de maior fluxo da ilha para o continente e do continente para a ilha de acordo com a conjuntura interna de cada um dos países. Neste sentido, é que podemos afirmar que o discurso segundo o qual a Revolução criou a emigração cubana para os Estados Unidos não corresponde

com a história das migrações entre os dois países, sendo, portanto, parte do jogo ideológico de busca da desestabilização do governo cubano.

#### Referências:

GUEVARA, Juan. Cuba e as relações inter-americanas. IN: VENTURA, Deisy de Freitas Lima (Org.) América Latina: cidadania, desenvolvimento e Estado. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1996.

PÉREZ JR., Louis A. Tan cerca, tan lejos. Cuba y los Estados Unidos (1860-1960). In. *Revista Temas*. Nº8. La Habana – Cuba: octubre/diciembre, 1996. p. 4-9.

PÉREZ, Lisandro. La emigración y la crisis estructural de la República. 1946-1958. IN: *Revista Temas*. Nº24-25. La Habana – Cuba: janeiro-junho de 2001.

RODRIGUEZ, Miriam. *Las relaciones internacionales Cuba-Estados Unidos: migración y conflicto*. La Habana- Cuba: Centro de Estudios de Migraciones Internacionales, agosto de 2003. Disponível em: [http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cuba/cemi/cuba\\_eeuup.df](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cuba/cemi/cuba_eeuup.df)

\_\_\_\_\_. El proceso migratorio cubano hacia Estados Unidos: antecedentes, actualidades y perspectivas ante posibles escenarios. La Habana- Cuba: Centro de Estudios de Migraciones Internacional, 2004. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cuba/cemi/procmig.df>

SADER, Emir. *Cuba: um socialismo em construção*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.



\* **LEONARDO DA ROCHA BOTEGA** é professor de História. Especialista em História do Brasil e Mestrando em Integração Latino-americana pela UFSM.

<sup>1</sup> Esta é a posição defendida por Louis A. Pérez – historiador da Universidade da Carolina do Norte; por Lisandro Pérez – sociólogo do Instituto de Investigações Cubanas (CRI) da Universidade Internacional da Flórida; e por Miriam Rodriguez – socióloga do Centro de Estudios de Migraciones Internacionales da Universidad de La Habana.